



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: 1006366-33.2016.8.26.0566
 Classe - Assunto: **Inventário - Inventário e Partilha**
 Inventariante: Claudiane de Moraes Petile, Danilo de Moraes Petile, Franciane de Moraes Petile Bettoni e José Aparecido Petile
 Inventariado(a,s): Ana Maria de Moraes Petile

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

RECONSIDERO a sentença de fls. 65, haja vista as manifestações e decisões subsequentes que acabaram por desfigurar aquela. Surgiu, por derradeiro, plano de partilha que melhor satisfaz à vontade do viúvo-meeiro e herdeiros, daí a sua acolhida. **HOMOLOGO**, por sentença, o plano de partilha de fls. 89/93 para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Diante da consensualidade em destaque, a publicação desta sentença nos autos gerará AUTOMATICAMENTE o seu trânsito em julgado (**dispensando a serventia de expedir certidão específica**).

As certidões negativas constam de fls. 34/36.

O inventariante deverá, em 10 dias, exibir a certidão de existência (ou inexistência) de testamento público em nome da inventariada, a ser obtida por meio de cadastro e requisição na página da CENSEC, pelo link <http://www.censec.org.br/Cadastro/CertidaoOnline/SolicitacaoTestamento.aspx>. Outras informações importantes sobre a pesquisa podem ser obtidos em <http://www.censec.org.br/Cadastro/CertidaoOnline/InformacoesTestamento.Aspix>.

Depois que o inventariante e herdeiros atenderem ao parágrafo anterior, o cartório deverá lançar a respectiva certidão comprobatória dessa regularização, e só então os herdeiros ficarão autorizados a obter o formal de partilha no Tabelionato de Notas, consoante as Normas do Extrajudicial expedidas pela E. CGJ. O Tabelionato solicitará (por e-mail) senha ao Cartório como de praxe.

Observo que o Fisco Estadual **recebeu senha** para o livre acesso a estes autos, conforme fls. 66/67, para adotar as providências necessárias visando ao lançamento administrativo do ITCMD, consoante o § 2º, do art. 662, c/c § 2º do art. 659, do NCPD. Essa questão não se submete ao crivo judicial nestes autos.

P. I. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, imediatamente.

São Carlos, 27 de novembro de 2016

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**